

Recomendações – GT2. Segurança alimentar

Perante as contundentes e irrefutáveis evidências que demonstram a preocupante tendência que atualmente se observa nos países do hemisfério, com o incremento de graves doenças como: desnutrição, malnutrição, obesidade, diabete e outras doenças crônicas. Essas anomalias estão vinculadas aos maus e desvirtuados hábitos de consumo alimentar, que as convertem em verdadeiros problemas de saúde pública nos nossos países. É por isso que exortamos os parlamentares, bem como os parlamentares adscritos à ParlAmericas, a reafirmar nosso compromisso com a segurança alimentar e nutricional e a iniciar ou continuar, com a seriedade requerida, os debates necessários no seio de nossos corpos legislativos, para fortalecer e promulgar atuais e novos instrumentos legais que nos permitam atacar as causas desses males fazendo uso das atribuições de fiscalização às políticas do órgão executivo. Nossas sugestões devem ser extensivas, como preocupação e resultado deste foro, a todos os processos de integração que hoje fazem com que a força avance em nível da América Latina e o Caribe.

Recomendamos:

1. Impulsionar uma campanha de conscientização maciça e permanente que promova uma alimentação e estilos de vida saudáveis segundo os requerimentos dietéticos das pessoas e que informe sobre que tipo de alimentação que não é recomendável.
2. Promover, proteger e respeitar o direito das mulheres e dos infantes ao aleitamento materno, de acordo às recomendações estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde.
3. Estabelecer regulamentos que impeçam a venda e a publicidade de produtos e alimentos não saudáveis nas escolas públicas e estabelecer disponibilidade, bem como garantir o acesso à água potável para garantir o direito à alimentação.
4. Gerar mecanismos para que sejam implementados programas de agricultura familiar, escolar e comunitária que promova a produção de alimentos saudáveis e inócuos com o suporte de centros de pesquisa científica com a geração de conhecimentos aplicados ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional.
5. Promover a participação e implementação do Codex Alimentar, que garanta a inocuidade dos alimentos, regulamente os ingredientes, o comércio de "junk food", promova a rotulagem correta e compreensível dos alimentos para evitar a importação e a comercialização de produtos de má qualidade.
6. Promover em seus respectivos parlamentos a questão da segurança alimentar e nutricional como assunto de alta prioridade para os Estados, enfatizando a necessidade de alocações orçamentárias que garantam a realização dos programas e políticas contra a fome e a insegurança alimentar.